

HISTÓRIAS INDÍGENAS E DO INDIGENISMO: (RE)LEITURAS DE EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS NA AMÉRICA LATINA II

Indigenous stories and indigenism: (re)readings of historical experiences in Latin America II

Ayalla Oliveira Silva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil
E-mail: ayallasilva@yahoo.com.br

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo
Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, PE, Brasil
E-mail: karina.melo@upe.br

A *Revista História Unicap* tem a satisfação de apresentar ao público acadêmico o segundo volume do dossiê “Histórias Indígenas e do Indigenismo: (Re)leituras de Experiências Históricas na América Latina”, dando continuidade à proposta editorial inaugurada na edição anterior. Este novo número amplia o diálogo entre pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam a revisitar criticamente as experiências históricas, políticas e culturais dos povos indígenas, em diferentes temporalidades e contextos regionais, reafirmando o compromisso do periódico com uma historiografia plural, decolonial e comprometida com as pautas contemporâneas da diversidade e da justiça epistêmica.

A coletânea reúne estudos que percorrem desde o período colonial até o presente, articulando perspectivas interdisciplinares sobre as formas de agência, resistência e reexistência indígena. O conjunto de artigos aqui apresentados destaca-se pela diversidade temática e metodológica: das análises sobre o Diretório Pombalino, a Lei de Terras de 1850 e o SPILTN, até as discussões sobre formação superior indígena, representações biográficas, territorialidades, autogoverno, pensamento indígena contemporâneo e imaginário nacional sobre o “índio”. Em diálogo com autores indígenas e não indígenas, as contribuições evidenciam o vigor da pesquisa histórica sobre os povos originários e o indigenismo na América Latina, contribuindo para repensar os vínculos entre memória, poder e identidade.

Ao lado dos textos que integram o dossiê temático, a edição também inclui artigo de seção livre, reafirmando o compromisso da *História Unicap* com o pluralismo e com a circulação de pesquisas que, embora não vinculadas ao tema central, contribuem para o avanço das reflexões sobre o ensino de História e suas interfaces com a educação e as políticas científicas no Nordeste.

No artigo intitulado *Narrando trajetórias indígenas estudantis: a AESA-CESA, o curso de História e os Fulni-ô*, Augusto César Acioly Paz Silva contribui à compreensão da formação superior indígenas no contexto do agreste pernambucano, ao perscrutar a inserção de indígenas Fulni-ô no curso de História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde mantido pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESΑ-CESA). A partir do uso da “História Oral”, o autor acompanha algumas trajetórias de professores indígenas Fulni-ô egressos da Licenciatura de História da referida instituição, buscando evidenciar a dimensão coletiva nos processos de formação superior dos indivíduos indígenas, com ênfase no acesso à História como ferramenta de afirmação sociocultural e de direitos.

Apoiado a uma perspectiva teórico-bibliográfica e interdisciplinar ocupada em pensar os protagonismos indígenas na História, segmento intelectual ao qual o próprio autor se vincula, em “*NOSSO MARCO É ANCESTRAL! SEMPRE ESTIVEMOS AQUI*”. *Mobilizações indígenas por direitos no Nordeste contemporâneo*, Edson Ely Silva elabora uma estimulante e historicamente fundamentada síntese sobre as mobilizações “sociopolíticas” dos povos indígenas do Nordeste, das mobilizações empreendidas durante o Projeto Constituinte de 1987 aos dias atuais, com vistas à conquista e garantia de direitos coletivos especialmente os seus direitos territoriais.

Em *As mulheres indígenas nas biografias do século XIX: o protagonismo que a história oficial não revelou*, Amanda Miranda Gemenes e Ilana Pelliciari Rocha nos incursiona na narrativa biográfica do XIX acerca de mulheres indígenas que tenham se destacado por suas trajetórias históricas. As autoras buscam identificar em tais narrativas o lugar e papel sociopolítico forjados a tais mulheres no âmbito de um projeto de nação em curso. As ideias deixadas em aberto, por escolha ou fatores limitadores, têm o mérito de estimular o leitor e leitora a desejarem mais. Apesar do não diálogo com o campo de produção biográfica, o texto ora publicado se inscreve no tipo narrativo da biografia como objeto e fonte de estudo, um nicho historiográfico relativamente novo, o que torna o trabalho muito bem-vindo.

Por meio de um debate robusto e consistente com a produção especializada e em consonância com as recentes abordagens historiográficas acerca do Diretório Pombalino, no artigo intitulado *Como a atuação do Diretório Pombalino e a Lei de Terras de 1850 afetaram os povos indígenas no submédio São Francisco*, Thyara Freitas aborda as especificidades e continuidades do Diretório sobre o aparato político e jurídico do XIX, e os seus impactos sobre a vida e os direitos dos povos indígenas no Nordeste do Brasil, em geral; em Pernambuco, em particular. A autora argumenta que, a continuidade da política de mistura e mestiçagem inaugurada com o Diretório e colocada em marcha no processo de construção do Estado-Nação visou a invisibilização indígena e a espoliação das suas terras coletivas, estes povos, mesmo em condições muito desfavoráveis, mantiveram a reivindicação por acesso a direitos.

O trabalho de Francisco Cancela e Tami Hermano intitulado *A câmara da vila de índios de São José de Porto Alegre: política e administração no tempo do Diretório* se inscreve no incipiente conjunto de estudos voltados à compreensão das Câmaras das “Vilas de Índios” instituídas no âmbito das reformas pombalinas. Um dos principais focos de tais estudos recai sobre a observação das Câmaras como espaços de atuação das lideranças indígenas a fim garantir direitos e barganhar privilégio individuais e coletivos. Ao acompanhar a dinâmica político-administrativa da câmara da vila de índios de São José de Porto Alegre, a principal contribuição que o artigo oferece consiste na análise daquela instituição como espaço privilegiado das práticas indigenistas locais, os autores enfatizam a atuação dos próprios indígenas na promoção do indigenismo local, a fim de influenciar na governança da vila indígena.

No artigo intitulado *O Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN): contexto e precedentes na primeira década do século XX*, Helena Azevedo Paulo de Almeida analisa o contexto do debate científico-intelectual e público, sobre os povos indígenas, que estava na raiz da criação da primeira agência indigenista da República, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Nesse debate, os indígenas figuravam como “selvagens” ou “miscigenados”, a autora conclui ressaltando que tais dissonâncias vigoraram na trajetória daquele órgão indigenista voltado à promoção da integração indígena ao projeto nacional republicano.

O artigo de Daniel da Silva Klein intitulado '*Houve resistência e defesa': conflitos, catecismo e territórios indígenas entre o final do século XIX e início do XX*', consiste no

primeiro esforço de condensar os resultados de uma pesquisa inédita. O trabalho destaca as violações cometidas contra os povos indígenas pelo Estado ou com a sua anuência, nas diversas regiões do Brasil, entre os anos 1880 e 1910. Ao mesmo tempo, os registros documentais utilizados evidenciam as respostas indígenas em tais contextos. Ainda que não tenham sido atendidos em suas demandas, são fartos os exemplos em que os indígenas buscaram os poderes governamentais, a fim de denunciarem as violações aos seus direitos.

Por meio de consistente diálogo teórico-bibliográfico e apoiado em um variado escopo documental, no artigo intitulado *As populações indígenas nas vilas de Assunção e Santa Maria (séculos XVIII e XIX): experiências históricas e territorialização no sertão do rio São Francisco*, Carlos Fernando dos Santos Junior discute de um lado, os processos de mistura e territorialização dos indígenas das vilas de Assunção e Santa Maria, como impacto da experiência indígena com as políticas reformistas do Diretório pombalino; de outro, o autor destaca a construção da autonomia por parte dos indígenas daquelas vilas, colocando em destaque as suas experiências de “autogoverno e apropriação da “cultura política”. O trabalho contribui para a compreensão das trajetórias históricas indígenas no sertão do São Francisco em uma perspectiva de longa duração.

No artigo sobre as disputas pela estância de São Vicente, propriedade do antigo Povo Missionário de São Miguel, entre 1828 e 1832, Maria Luiza Fritsch Eloy analisa as diversas estratégias construídas pelos Guarani do Povo de São Miguel para defender o seu direito àquelas terras. Os indígenas, ao serem confrontados com ações e argumentos que buscavam tutelá-los e invisibiliza-los, buscaram negociar e permanecer nos seus territórios ou migraram. Em distintas situações, a autora demonstra que foram “protagonistas no pleito pela posse da estância de São Vicente, em um contexto marcado por instabilidades e violências por parte dos administradores luso-brasileiros”.

Carlos Daniel Paz escreve sobre protagonismo e agência indígena nas fronteiras do Chaco no Setecentos. Ao considerar ações individuais e coletivas de importantes lideranças chaquenhas, o historiador argentino demonstra tomadas de decisões racionais e não isentas de conflitos, mesmo no interior de redes de parentes associados a grupos étnicos. Nas negociações com a Companhia de Jesus, por exemplo, Ychoalay garantiu a paz fronteiriça através de suas ações nos entornos missionais. Vale mencionar que a política de alianças praticada por ele se traduziu na obtenção de benefícios para seus filhos e netos. Para Carlos Paz, “pensar a agência indígena e o protagonismo ameríndio requer que nos despojemos de

certos essencialismos que dificultam pensar as relações sociais construídas no interior das comunidades nativas”.

Ramon Nere de Lima discute sobre importância de Krenak como pensador contemporâneo e de sua contribuição para o debate sobre ecologia, colonialidade e epistemologias indígenas. Ao analisar o discurso do intelectual indígena em obras como "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" (2019) e "A Vida não é Útil" (2020), "O amanhã não está à venda" (2020), "Caminhos para uma cultura do bem viver" (2020) e "Futuro ancestral" (2022), o autor evidencia aspectos importantes do pensamento indígena como a crítica ao antropocentrismo, à racionalidade ocidental e ao modelo de progresso capitalista. O artigo mantém densidade ao mencionar o uso de referenciais teóricos como a *Semiótica da Cultura* e a *Análise do Discurso*. Essa escolha demonstra a atuação de Krenak não apenas como ativista ou escritor, mas como produtor de sentido e agente discursivo que intervém nas narrativas dominantes.

O artigo de Aléxia Pádua Franco e Tássita de Assis Moreira apresenta uma reflexão sobre a construção histórica do imaginário social em torno da figura do “índio” no Brasil. Ao mencionar que esse imaginário deriva de projetos coloniais, as autoras evidenciam como as narrativas oficiais – que moldaram a identidade nacional a partir de uma perspectiva eurocêntrica marginalizando vozes e experiências indígenas – ainda estão conectadas às práticas educativas contemporâneas presentes nos conteúdos escolares, nos livros didáticos e na forma como as histórias são abordadas. A menção à Lei 11.645/2008 insere a discussão em um contexto legal e político atual. Através do diálogo com pesquisadores e pesquisadoras indígenas e não indígenas, o artigo aponta para a necessidade de avanços pedagógicos mais profundos e inclusivos, que envolva a formação docente, a revisão das práticas educativas e uma abordagem crítica e contextualizada da história indígena.

No artigo livre intitulado “CECINE: uma breve trajetória do ensino de ciências no Nordeste (1950-1970), Márcio Ananias Ferreira Vilela e Paula Beatryz Leal Bezerra apresentam uma análise sobre a trajetória histórica do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine), destacando seu papel na renovação do ensino de ciências no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970. A abordagem contextualiza o surgimento do Centro dentro de um período de expansão científica e política nacional, a partir de novas fontes históricas. Ao considerar não apenas o aspecto educacional, mas também os fatores políticos e sociais que influenciaram o funcionamento do Cecine, especialmente sua relação

com a Sudene, apontada como elemento central nas pesquisas sobre o Centro, os autores demonstram a importância do Cecine tanto na formação de professores quanto na divulgação científica, contribuindo para o entendimento das transformações no ensino de ciências no Brasil e do papel de instituições regionais nesse processo.

Com este número 2, o dossier “Histórias Indígenas e do Indigenismo” consolida-se como um espaço de reflexão e intercâmbio acadêmico sobre os múltiplos modos de ser, narrar e resistir dos povos indígenas em nosso continente. As abordagens aqui reunidas convidam à superação das leituras homogêneas e eurocentradas que por muito tempo silenciaram as vozes indígenas na história. Mais do que uma reunião de textos, este número constitui um gesto político e epistemológico de reconhecimento das histórias indígenas como parte essencial da formação das Américas e, particularmente, do Brasil.

A *Revista História Unicap* agradece a todas e todos os autores, pareceristas e colaboradores que tornaram possível esta edição, reafirmando sua missão de promover o debate historiográfico em perspectiva ética, plural e comprometida com a transformação social. Que estas páginas inspirem novas pesquisas, diálogos interinstitucionais e práticas educativas que continuem a fortalecer a presença indígena nas narrativas históricas, nos espaços acadêmicos e nas políticas públicas de memória.